

12º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM
PROJETO PATRONATO: BRAÇO DA EXECUÇÃO PENAL NA REGIÃO DE
MARINGÁ-PR

Ana Carolina Eugenio¹
Bruna França Volsi²
Franciele Holanda de Moura³
Hemerson Wesley Maziero⁴
Júlio Cesar Freitas Giovanni⁵
Lara Maria Tortola Flores Vieira⁶
Priscila Laissa Toledo⁷
Tais Regina de Piza Barbosa⁸

No Paraná, a atenção ao sistema penitenciário destacou-se pela anterioridade, em comparação ao âmbito federal, a partir de um trabalho realizado por estudantes de Direito junto aos reclusos da Cadeia Pública de Londrina-PR, com a denominação de Projeto Albergados. Em 1977, percebendo-se a importância do Projeto, foi estendido para algumas cidades do estado, com o apoio das instituições de ensino superior e prefeituras, tendo sido chamado, então, de Projeto Themis, inclusive para a cidade de Maringá, em 1979. Em meados da década de oitenta, foi publicada a Lei Estadual nº 7.210/1984, a qual instituiu o Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso (Pró-Egresso), tendo mantido suas atividades concernentes à fiscalização do regime aberto até março de 2013. O Programa Patronato de Maringá está inserido em um contexto de adequação do sistema de execução penal

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e especialista em Coordenação e Gestão Escolar (Faculdade Eficaz). Pedagoga bolsista do Projeto Patronato pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI/PR).

² Acadêmica do curso de graduação em Pedagogia na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Estagiária bolsista do Projeto Patronato pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJU/PR).

³ Graduada em Serviço Social pela FANP (Faculdade do Noroeste Paranaense). Pós-Graduada em Saúde Mental e Políticas Públicas pela FAPAN (Faculdade de Paraíso do Norte). Assistente Social bolsista do Projeto Patronato pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI/PR).

⁴ Graduado em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana de Maringá (FAMMA).

⁵ Acadêmico do curso de graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Estagiário bolsista do Projeto Patronato pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJU/PR).

⁶ Acadêmica do curso de graduação em Direito na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Estagiária bolsista do Projeto Patronato pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJU/PR).

⁷ Acadêmica do curso de graduação em Psicologia na Faculdade Ingá. Estagiária bolsista do Projeto Patronato pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJU/PR).

⁸ Acadêmica do curso de graduação em Serviço Social na Faculdade Metropolitana de Maringá (FAMMA). Pós-Graduada em Saúde Mental e Políticas Públicas pela FAPAN (Faculdade de Paraíso do Norte). Estagiária bolsista do Projeto Patronato pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJU/PR).

em regime aberto paranaense à legislação brasileira, tendo suas atividades se iniciado no final do ano de 2013, no formato de projeto de extensão, através de um convênio entre a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJU), Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), sendo o projeto composto por uma equipe multidisciplinar de profissionais recém-formados e estagiários bolsistas das áreas de Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. O Patronato representa um braço do controle social formal, pela atribuição da fiscalização e acompanhamento do regime aberto, bem como das medidas alternativas à pena, a exemplo da transação penal. Suas atividades visam realizar um atendimento pessoal, direcionado por uma ótica subjetiva e individual de cada encaminhado, de modo a compreendê-lo e enxergá-lo como sujeito dotado de uma complexidade. Por essa razão, cada área contribui para uma análise holística acerca do indivíduo, favorecendo uma atuação também orientada desse modo. A área jurídica contempla a garantia de direitos atinentes à execução penal, principalmente àqueles que não possuem condições de constituir advogado particular, assim como pleitear em juízo benefícios que diminuam ou extingam a pena decorrentes de instrumentos legislativos. Por sua vez, a Pedagogia estimula a continuidade dos estudos e o aprimoramento da formação educacional, mediante encaminhamento à Educação de Jovens e Adultos e cursos profissionalizantes, buscando o desenvolvimento das capacidades intelectivas, visando à reintegração social e o fortalecimento do senso de dignidade pelo próprio sujeito. A Psicologia oferece um espaço de escuta acolhedora e qualificada com o intuito de proporcionar um lugar a expressões, fenômenos pessoais e sociais que constituem sua experiência de vida, desprovido de finalidade clínica, não descartando a possibilidade de posteriores encaminhamentos. Por fim, o Serviço Social orienta suas atividades à inclusão e à integração dos assistidos, de acordo com o projeto ético-político da profissão, junto à promoção dos direitos humanos, encarando-a como um processo a ser construído e alcançado, enquanto que a Administração cuida da gestão dos recursos destinados ao projeto e demais questões administrativas. O Patronato, assim, objetiva a reintegração dos envolvidos com o sistema penal à sociedade, de modo a adequar a pena ou a medida alternativa às condições pessoais do assistido.

Palavras-chave: Execução penal. Patronato penitenciário. Regime aberto.

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Coordenador do Projeto: Prof. Dr. Paulo Cesar Seron (pcseron@uem.br), Departamento de Psicologia (DPI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM)